

Efeito Lula repercute em Wall Street e Malan reage

Dida Sampaio/AE

Para ministro, redução da classificação da dívida do Brasil por conta de pesquisa é "equivocada"

FABIO ALVES
Correspondente

NOVA YORK – As pesquisas de intenção de votos para presidente da República começaram a ter impacto nas recomendações de bancos para os títulos da dívida externa brasileira. O banco de investimento Morgan Stanley Dean Witter reduziu sua exposição aos títulos de dívida brasileira, citando como um dos principais motivos os riscos maiores de vitória do candidato do PT, Luiz Inácio Lula da Silva. Além dele, a corretora Merrill Lynch, uma das maiores dos Estados Unidos, adotou idêntica medida, reduzindo sua exposição à dívida do Brasil e citando potencial para outros eventuais rebaixamentos. “Ao mesmo tempo em que consideramos as vendas recentes parcialmente influenciadas por fatores transitórios, vemos perspectiva de futuros rebaixamentos no curto prazo”, disse a Merrill Lynch em seu relatório diário. O motivo da alteração foi o mesmo: o crescimento do nome de Lula nas pesquisas.

A atitude das duas instituições provocou uma imediata reação do ministro da Fazenda, Pedro Malan. “Se a causa é o resultado de uma pesquisa, eu diria que é uma reação equivocada”, observou o ministro em entrevista convocada no início da tarde, em Brasília.

“Pesquisa de opinião, teremos pelo menos uma por semana ao longo dos próximos cinco meses”, continuou Malan. Ele disse esperar “que os analistas da cena brasileira levem em conta o que interessa, que é a economia, e não a dança das pesquisas”.

Apoio – Os comentários de Malan foram, indiretamente, apoiados pela avaliação de duas agências de classificação de risco – a Standard & Poor's e Moody's e a Moody's. Para elas, as oscilações eleitorais no Brasil não justificam alteração na classificação de risco do Brasil. “Nossa opinião não mudou. Continua a mesma”, repetiu seguidas vezes, em São Paulo, o vice-presidente e analista sênior da Moody's, Ernesto

Martinez-Alas. Como ele, a diretora-adjunta da Standard & Poor's, Lisa Schineller informou em Nova York que sua agência não vê razões para alterar o rating soberano do País (ver matéria ao lado).

O anúncio sobre o rebaixamento na recomendação dos papéis brasileiros decidido pelo Morgan Stanley foi feito por Eric Fine, o diretor-executivo de pesquisa de renda fixa para mercados emergentes. Ele ainda pediu desculpas aos investidores por ter elevado o volume de títulos brasileiros em sua carteira no dia 1.º de março. Na ocasião, o Morgan rebaixou sua exposição à dívida russa.

“Nossa decisão no dia 1.º de março passado foi errada. Não devíamos ter rebaixado a Rússia e ter direcionado totalmente o dinheiro aplicado na Rússia para elevar o peso do Brasil”, avaliou Fine. Ao mesmo tempo em que explicava que as metas de retorno para os títulos brasileiros fixadas em 1.º de março já foram atingidas, Fine comentou que a maior perspectiva de vitória de Lula nas eleições de outubro “reduz o valor esperado para os títulos”.

Volatilidade – O estrategista de renda fixa para Brasil do Morgan Stanley, Jaime Valdívia-Hernandez, acrescenta que, além do risco político e da volatilidade com o cenário

político, os fundamentos da economia brasileira pioraram. “No entanto, permanecemos otimistas com as perspectivas do País no médio prazo”, observou. Os analistas do Mor-

gan Stanley dizem esperar que Lula e também o candidato do PPS, Ciro Gomes, continuem a subir nas próximas pesquisas de opinião. “A volatilidade política deverá aumentar no curto prazo”, afirmou Valdívia-Hernandez. Mas a questão crucial para o mercado, diz ele, é determinar se o pré-candidato do PSDB, José Serra, conseguirá descolar nas pesquisas dos candidatos Anthony Garotinho (PSB) e Ciro. “Se o Serra não conseguir se separar convincentemente nas pesquisas do resto do grupo de candidatos, o PSDB poderá sofrer pressão para considerar alternativas para a candidatura do PSDB”, avaliou Valdívia-Hernandez.

Na sua entrevista em que reagiu às decisões das agências americanas, o ministro



Malan: decisões dos petistas causam “uma enorme confusão na cabeça de um simples leitor como eu”

Malan retomou suas habituais críticas ao PT, cobrando “um mínimo de racionalidade econômica e maturidade política, em particular daqueles que acham que vão ganhar a eleição e teriam de ter a preocupação de assegurar uma transição o menos turbulenta possível.”

Segundo o ministro, “à medida que nos aproximamos do final de 2002, os problemas com que temos de lidar no dia-a-dia são afetados menos pelo que fazemos e mais pela expectativa do que farão nossos sucessores”. Malan apontou contradições entre orientações aprovadas pelo PT que pregam, por exemplo, a ruptura com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e as declarações moderadas de Lula e do deputado petista Aloízio Mercadante (SP). “Há deci-

sões formalizadas que espero sejam reformuladas, se a posição mudou”, disse o ministro.

“Senão causa uma enorme confusão na cabeça de um simples leitor como eu, que não sabe o que vale: o que foi aprovado no congresso do partido ou uma declaração furtiva concedida numa televisão a cabo à noite e uma entrevista, num jornal especializado, de um integrante do partido”, completou, numa referência a uma entrevista de Lula à emissora de TV a cabo Globonews e a outra de Mercadante ao jornal *Valor Econômico*.

O ministro registrou as afirmações de Mercadante de que o corte da taxa de juros “não é um ato de vontade” e que “não existe mágica” nesse assunto. “São coisas que digo há anos”, disse Malan, apontando o que considera

uma mudança de posição do PT. “Tomo como sinal positivo, desde que não seja um mero discurso pré-eleitoral do tipo ‘esqueçam o que eu pensava anteriormente e olhem o que eu digo agora, a cinco meses das eleições.’”

“Imaginação” – O ministro creditou à “imaginação fértil” a interpretação de que tinha criticado José Serra em Nova York, ao lembrar as tais “afinidades eletivas” e evitar citar o nome do candidato que gostaria de ver eleito. Malan citou uma entrevista concedida em janeiro: “Disse na ocasião que Serra é um dos grandes quadros políticos do País.” De acordo com o ministro, a população não vai aceitar a volta da inflação e do imposto inflacionário para financiar o gasto público.

Pesquisas não afetam rating no longo prazo

Ao contrário do impacto nas recomendações de bancos de Wall Street para os títulos da dívida brasileira, as pesquisas eleitorais que apontam a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não devem ter nenhum reflexo sobre o rating soberano brasileiro. É o que garante Lisa Schineller, diretora-adjunta de risco soberano da agência de rating Standard & Poor's (S&P). “Ao contrário das recomendações de mercado para títulos e ações, que têm um horizonte de curto prazo, o rating de um país leva em conta projeções e análises de médio prazo, ou pelo menos um horizonte de três anos”, explicou Schineller.

O resultado das eleições também não deveria ter, em princípio, nenhuma consequência. “Não seria uma eventual vitória de Lula que mudaria o rating do Brasil, mas sim a direção de sua política econômica”, observou Schineller.

Atualmente, o rating soberano em moeda estrangeira do País, dado pela agência, é BB-, ou seja, com possibilidade de rebaixamento. “Apesar de ter havido uma melhora em algumas variáveis macroeconômicas, o Brasil ainda apresenta vulnerabilidades fiscal e externa”, ponderou ela. Elas exigem “uma administração de política econômica bastante forte e sólida”.

Outro objetivo da S&P é antecipar no rating o que deverá acontecer com a qualidade do crédito soberano do Brasil no médio prazo para os investidores caso Lula, Serra ou outro candidato vença as eleições. Schineller adiantou que a S&P deverá se reunir com representantes de todos os partidos até as eleições, em outubro, para ter uma ideia dos rumos da política econômica do vencedor.

Moody's – Segundo o vice-presidente e analista sênior para Brasil da Moody's, Ernesto Martinez-Alas, a perspectiva da agência de classificação de risco para o País também se mantém inalterada. No fim de fevereiro, a Moody's revisou a perspectiva dos ratings soberanos do Brasil de “estável” para “positivo”. “Nossa opinião não mudou, continua a mesma”, disse Martinez-Alas. Ele afirmou que a perspectiva positiva do País é baseada na resistência do Brasil a choques e ao contágio regional que tem sido sustentada por políticas macroeconômicas e ganhos do ajuste fiscal. (Fabio Alves e Rita Tavares, da Agência Estado)